



RELATÓRIO DE AUDITORIA DO CONTROLE INTERNO

2024



Gestão 2023-2025

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Vice-presidente

Desa. Maria Edna Martins
Corregedora Geral da Justiça

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL DO PJCE.....	5
2.1 Orçamento.....	5
2.2 Fontes de Recursos.....	6
2.3 Patrimônio.....	7
2.4 TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	8
2.4.1 Demonstrativos Contábeis.....	9
A) Balanço Orçamentário.....	9
B) Balanço Financeiro.....	10
C) Balanço Patrimonial.....	11
D) Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	13
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
2.4.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	16
2.4.3 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA.....	19
2.4.5 PROCESSOS LICITATÓRIOS.....	23
3. FUNDOS ESPECIAIS DE NATUREZA CONTÁBIL.....	25
3.1 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – FERMOJU.....	25
3.1.1 Das Fontes de Recursos.....	26
3.1.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	26
A) Balanço Orçamentário.....	26
B) Balanço Financeiro.....	27
C) Balanço Patrimonial.....	29
D) Demonstração das Variações Patrimoniais.....	30
E) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	32
3.2 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG.....	33
3.2.1 Das Fontes de Recursos.....	34
3.2.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	34
A) Balanço Orçamentário.....	34
B) Balanço Financeiro.....	35
C) Balanço Patrimonial.....	36

D) Demonstraçāo das Variações Patrimoniais.....	37
E) Demonstraçāo dos Fluxos de Caixa.....	39
3.3 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – FECDOJ.....	40
3.3.1 Das Fontes de Recursos.....	40
3.3.2 Dos Demonstrativos Contábeis.....	41
A) Balanço Orçamentário.....	41
B) Balanço Financeiro.....	42
C) Balanço Patrimonial.....	43
D) Demonstraçāo das Variações Patrimoniais.....	45
E) Demonstraçāo dos Fluxos de Caixa.....	46
CONSIDERAÇĀOES FINAIS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A missão do **Poder Judiciário do Estado do Ceará** é *Garantir direitos para realizar Justiça no Ceará* ao tempo em que sua visão institucional é: *Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades*. Nesse contexto, as atividades são desenvolvidas, na primeira e segunda instâncias, no intuito maior de levar o Judiciário a cumprir seus altos desígnios, fazendo-o processualmente célere, tecnicamente efetivo, socialmente eficaz e politicamente independente.

O **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE** tem jurisdição em todo o território cearense, com competências administrativas e judiciais previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará). Outrossim, integram a estrutura do Poder Judiciário cearense os Fundos de natureza contábil com destinações específicas, legalmente instituídos e, por conseguinte, também são obrigados a prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

O **Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU**, foi criado pela Lei nº 11.891/1991 (alterada pelas Leis nº 13.452/2004, nº 14.338/2009 e nº 14.605/2010) com o objetivo de promover a modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, através do recolhimento de taxas, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático ao Poder Judiciário cearense.

O **Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG** foi estabelecido com o propósito de dar suporte financeiro à implantação do Plano de Segurança e Assistência aos Juízes colocados em situação de risco em razão de sua atividade jurisdicional. Sua criação foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Resolução nº 104/2010, e sua instituição no âmbito do Estado do Ceará, deu-se através da promulgação da Lei nº 15.145/2012.

O Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ foi instituído pela Lei nº 16.273/2017 e regulamentado pela Portaria nº 1.208/2017, cuja finalidade exclusiva é o pagamento das despesas com diligências dos Oficiais de Justiça, de caráter indenizatório e sem inserção aos proventos de aposentadoria.

Destaca-se que a partir da publicação da Lei nº 18.561, no dia seis de novembro de 2023, foi criado o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, modelo de gerenciamento de riscos com um sistema de 3 (três) linhas de defesa da instituição. Nesse sistema, a primeira e a segunda linha são responsáveis pelo controle interno. Cumpre à terceira linha, representada pela atividade de Auditoria Interna, a avaliação das atividades das primeira e segunda linhas no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

A Lei nº 12.509/1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará), estabelece, em seu art. 8º, § 6º, alterado pela Lei nº 13.983/2007, que os processos de tomada ou prestação de contas, bem como os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E DE PESSOAL DO TJCE

2.1 Orçamento

O orçamento do Poder Judiciário cearense é composto pelo somatório dos orçamentos das unidades orçamentárias Tribunal de Justiça, Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) e Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça (Fecdoj).

Tabela 01 – Orçamento do Poder Judiciário

CÓDIGO	Descrição	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PAGO	% EMP	% PAGO
04000000	TJCE	1.653.706.085,33	1.647.738.452,18	1.641.298.762,78	99,64	99,25
31	Pessoal e encargos sociais	1.230.398.015,16	1.230.149.392,30	1.227.061.693,84	99,98	99,73
33	Outras despesas correntes	417.134.115,51	411.675.088,22	408.323.097,36	98,69	97,89
44	Investimentos	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	95,79	95,79
04200001	FERMOJU	432.380.832,35	404.186.061,45	262.869.986,14	93,48	60,80
33	Outras despesas correntes	286.715.684,34	261.355.134,88	231.857.233,58	91,15	80,87
44	Investimentos	145.665.148,01	142.830.926,57	31.012.752,56	98,05	21,29
04200003	FUNSEG	10.000.000,00	4.832.400,00	3.146.710,89	48,32	31,47
33	Outras despesas correntes	6.521.667,00	4.832.400,00	3.146.710,89	74,10	48,25
44	Investimentos	3.478.333,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04200004	FECDOJ	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
31	Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Outras despesas correntes	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
TOTAL		2.116.119.317,68	2.074.848.900,03	1.925.407.446,21	98,05	90,99

Fonte: SIOF - Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

2.2 Fontes de Recursos

O órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual é o **Tribunal de Justiça**. As fontes desses recursos são provenientes das transferências financeiras intragovernamentais, como a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, e de recursos provenientes de operação de crédito externa entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de contribuir ao financiamento e execução do Promojud – Programa de Modernização do Judiciário cearense.

Outrossim, os recursos dos fundos de natureza contábil constituintes do Poder Judiciário cearense são resultantes, sobretudo, da arrecadação das taxas judiciais, receitas de custas judiciais dos cartórios do foro judicial, dos emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos, cujos montantes foram evidenciados na Tabela 02.

Tabela 02 – Fontes de Recursos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PAGO	% EMP.	% PAGO
04000000	TJCE	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.878.118.959,26	99,68	99,34
1.500.9100000	Recursos não vinculados de impostos	1.844.050.891,04	1.843.034.588,41	1.838.522.262,02	99,94	99,70
1.754.3220059	Op. de créd. externas - Tesouro/BID	45.157.776,00	40.417.575,86	38.457.518,31	89,50	85,16
2.500.9100000	Recursos não vinculados de impostos	1.433.446,17	1.139.178,93	1.139.178,93	79,47	79,47
04200001	FERMOJU	447.362.865,00	413.065.351,60	270.136.322,44	92,33	60,38
1.756.1200012	Alienação de Bens	663.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.759.1200029	Recursos arrecadados da venda de selos de autenticidade	43.794.512,00	39.396.259,29	39.283.806,72	89,96	89,70
1.759.1200070	Recursos diretamente arrecadados	308.016.003,00	285.001.486,41	202.905.092,03	92,53	65,87
2.759.1200029	Recursos arrecadados da venda de selos de autenticidade	4.800.000,00	769.555,01	769.555,01	16,03	16,03
2.759.1200070	Recursos diretamente arrecadados	90.088.620,00	87.898.050,89	27.177.868,68	97,57	30,17
04200003	FUNSEG	10.000.000,00	4.832.400,00	3.146.710,89	48,32	31,47
1.759.1200070	Recursos diretamente arrecadados	10.000.000,00	4.832.400,00	3.146.710,89	48,32	31,47
04200004	FECDOJ	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
1.500.9100000	Recursos não vinculados de impostos	13.710.616,00	12.894.628,22	12.894.628,22	94,05	94,05
1.759.1200070	Recursos diretamente arrecadados	6.321.784,00	5.197.358,18	5.197.358,18	82,21	82,21
TOTAL		2.368.037.378,21	2.320.581.081,20	2.169.493.978,99	98,00	91,62

Fonte: SIOF – Consolidado por Órgão e Fonte

2.3 Patrimônio

Todos os recursos patrimoniais que compõem o patrimônio do Poder Judiciário cearense são contabilmente registrados na unidade gestora Tribunal de Justiça, não podendo os Fundos, segundo as Leis nº 14.605/10 e 15.145/12, manterem em seus registros contábeis tais valores. Dessa forma, os bens adquiridos com recursos dos Fundos devem ser incorporados ao Patrimônio do PJCE.

Tabela 03 – Patrimônio do Poder Judiciário cearense 2024

ATIVO	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO CIRCULANTE	412.621.876,54	46,04%	438.961.694,07	-6,00%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	411.216.644,62	45,88%	437.577.562,86	-6,02%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	70.126,66	0,01%	50.514,00	38,83%
ESTOQUES	1.335.105,26	0,15%	1.333.617,21	0,11%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	483.622.156,76	53,96%	447.238.746,81	8,14%
IMOBILIZADO	437.835.189,56	48,85%	405.700.219,98	7,92%
INTANGÍVEL	45.786.967,20	5,11%	41.538.526,83	10,23%
TOTAL DO ATIVO	896.244.033,30	100,00%	886.200.440,88	1,13%
PASSIVO	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
PASSIVO CIRCULANTE	408.021.471,47	45,53%	436.891.873,96	-6,61%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.097.039,03	0,23%	1.845.635,91	13,62%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	405.924.432,44	45,29%	435.046.238,05	-6,69%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	488.222.561,83	54,47%	449.308.566,92	8,66%
RESULTADOS ACUMULADOS	488.222.561,83	54,47%	449.308.566,92	8,66%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	896.244.033,30	100,00%	886.200.440,88	1,13%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

2.4 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Poder Judiciário o papel da concretização do Estado Democrático de Direito, cuja principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, intentando alcançar uma sociedade livre, justa e

solidária. Dessa forma, a prestação jurisdicional, sua função típica, consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis.

2.4.1 Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

Em razão da natureza do órgão e considerando a procedência dos recursos por transferências intragovernamentais, a contabilização da receita compete à SEFAZ, na qualidade de órgão arrecadador. O recurso repassado ao TJCE pelo órgão fazendário ocorre quando da execução orçamentária de acordo com as ordens de pagamento geradas. Destarte, averiguou-se um elevado índice de execução orçamentária da despesa, ao tempo em que repercutiu na concentração dos gastos com pessoal e encargos sociais. Ademais, o resultado orçamentário apresentou-se deficitário, o que, apesar de expressivo, não configura, por si só, uma irregularidade, considerando o contexto de execução orçamentária e financeira do exercício.

Tabela 04 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TJCE					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2024 - (Lei nº 18.664/23)					
Receitas Correntes	PREVISÃO INICIAL (a)		PREVISÃO ATUALIZADA (b)		RECEITAS REALIZADAS (c)
Receitas	R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Empenho (f)	Liquidação (g)	Pagamento (h)
DESPESAS	1.860.771.401,00	1.890.642.113,21	1.884.591.343,20	1.881.321.538,00	1.878.118.959,26
Despesas Correntes	1.842.584.710,00	1.884.468.158,55	1.878.677.371,54	1.875.407.566,42	1.872.204.987,68
Pessoal e Encargos (i)	1.435.940.504,00	1.467.334.043,04	1.467.002.283,32	1.466.969.588,78	1.463.881.890,32
Outras Despesas Correntes (j)	406.644.206,00	417.134.115,51	411.675.088,22	408.437.977,64	408.323.097,36
Despesas de Capital	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	5.913.971,58
Investimentos (k)	18.186.691,00	6.173.954,66	5.913.971,66	5.913.971,58	5.913.971,58
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (e-d)	Resultado Orçamentário (c-f)		Restos a Pagar Não Processados (f-g)	Restos a Pagar Processados (g-h)
	Valor (l)	Deficit/Superavit	Valor (m)	Valor (n)	Valor (o)

	29.870.712,21	Deficit	-1.884.591.343,20	3.269.805,20	3.202.578,74
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (l/d)	1,61%	Despesas Direta com Custeio (j/f)		21,84%	
Resultado Orçamentário (c/f)	0,00%	Despesas Direta com Investimento (k/f)		0,31%	
Execução da Receita (c/b)	0,00%	Despesas Pagas (h/f)		99,66%	
Execução da Despesa (f/e)	99,68%	Restos a Pagar Não Processados (n/f)		0,17%	
Despesas Diretas com Pessoal (i/f)	77,84%	Restos a Pagar Processados (o/f)		0,17%	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

De acordo com o quociente da execução financeira, que representa na forma de índice a diferença percentual entre os ingressos e os dispêndios, verificou-se que os ingressos totalizaram R\$ 3.707.579.723,34, ao passo que os dispêndios atingiram o mesmo montante, também de R\$ 3.707.579.723,34. Assim, o índice de execução financeira correspondeu a 0,00%, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas no exercício de 2024. Comparativamente ao exercício anterior, cuja execução financeira também resultou em equilíbrio absoluto, observa-se uma estabilidade na gestão dos recursos, sem avanço ou retração percentual nesse indicador específico.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurada entre os saldos iniciais e finais da conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, foi negativa em R\$ 26.360.918,24, resultante da diferença entre o saldo inicial de R\$ 437.577.562,86 e o saldo final de R\$ 411.216.644,62. Esse montante corresponde à movimentação líquida de recursos disponível, refletida na demonstração dos fluxos de caixa, especialmente nas atividades operacionais e de pagamentos extraorçamentários, apresentando equivalência com a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.

Ressalte-se que a disponibilidade financeira ao final do exercício mostrou-se suficiente para cobrir os Restos a Pagar inscritos, que totalizaram R\$ 6.472.383,94 (R\$ 3.269.805,20 de não processados e R\$ 3.202.578,74 de processados). Essa obrigação encontra respaldo na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, cujo saldo para o exercício seguinte foi de R\$

411.216.644,62, indicando folga financeira e gestão fiscal responsável por parte da unidade gestora.

Tabela 05 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – TJCE				
INGRESSOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	188.788.502,62	1.612.142.904,25	-1.423.354.401,63	-88,29%
Para a Execução Orçamentária	188.788.502,62	1.612.142.904,25	-1.423.354.401,63	-88,29%
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	1.382.066.620,28	1.640.665.143,07	-258.598.522,79	-15,76%
Restos a Pagar Não Processados	3.269.805,20	785.203,39	2.484.601,81	316,43%
Restos a Pagar Processados	3.202.578,74	2.737.114,24	465.464,50	17,01%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.375.594.236,34	1.637.142.825,44	-261.548.589,10	-15,98%
Saldo do Exercício Anterior (IV)	437.628.076,86	416.008.311,41	21.619.765,45	5,20%
Caixa e Equivalentes de Caixa	437.577.562,86	415.695.796,43	21.881.766,43	5,26%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.514,00	312.514,98	-262.000,98	-83,84%
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	3.707.579.723,34	3.668.816.358,73	38.763.364,61	1,06%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Despesas Orçamentárias (VI)	1.884.591.343,20	1.589.106.675,40	295.484.667,80	18,59%
Ordinária	1.844.173.767,34	1.564.948.257,79	279.225.509,55	17,84%
Vinculada	40.417.575,86	24.158.417,61	16.259.158,25	67,30%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	3.422.595,25	294.706,98	3.127.888,27	1061,36%
Para a Execução Orçamentária	3.422.595,25	294.706,98	3.127.888,27	1061,36%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.408.279.013,61	1.641.786.899,49	-233.507.885,88	-14,22%
Restos a Pagar Não Processados	582.853,72	3.918.111,71	-3.335.257,99	-85,12%
Restos a Pagar Processados	2.737.114,24	19.217.839,52	-16.480.725,28	-85,76%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.404.959.045,65	1.618.650.948,26	-213.691.902,61	-13,20%
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	411.286.771,28	437.628.076,86	-26.341.305,58	-6,02%
Caixa e Equivalentes de Caixa	411.216.644,62	437.577.562,86	-26.360.918,24	-6,02%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70.126,66	50.514,00	19.612,66	38,83%
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	3.707.579.723,34	3.668.816.358,73	38.763.364,61	1,06%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado patrimonial computado no exercício de 2024 foi superavitário, totalizando um acréscimo de R\$ 49.254.003,56 ao Patrimônio Líquido. Esse montante decorreu da soma do superavit do exercício atual com os superavits acumulados de exercícios anteriores, no valor de R\$ 449.308.566,92, descontados os ajustes de exercícios anteriores de R\$ 10.340.008,65, perfazendo um Patrimônio Líquido final de R\$ 488.222.561,83.

O ativo não circulante de 2024 foi composto integralmente pelo intangível e pelo imobilizado, este último subdividido em bens móveis (R\$ 232.657.861,39) e bens imóveis (R\$ 235.148.168,13), deduzidos da depreciação acumulada de R\$ 29.970.839,96. Já o ativo intangível, representado essencialmente por softwares, totalizou R\$ 45.786.967,20. Esse ativo não circulante, que abrange as unidades administrativas do Tribunal de Justiça e os Fundos vinculados ao Poder Judiciário cearense, alcançou o valor total de R\$ 483.622.156,76.

Quanto aos indicadores de desempenho, destacam-se:

Liquidez geral: para cada R\$ 1,00 de obrigação, o TJCE dispunha de R\$ 2,20 em ativos para sua quitação, calculado com base no total do ativo (R\$ 896.244.033,30) sobre o total do passivo exigível (R\$ 408.021.471,47), evidenciando capacidade sólida de solvência no curto prazo.

Endividamento geral: 45,53% do ativo total estava comprometido com obrigações assumidas, indicando um baixo grau de dependência de capitais de terceiros na estrutura patrimonial da entidade.

Composição do endividamento: 100% do passivo era representado por obrigações de curto prazo, ou seja, exigíveis dentro do exercício seguinte, sem registro de passivo não circulante. Isso reforça a ausência de dívidas de longo prazo no período analisado.

Tabela 06 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – TJCE				
ATIVO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO CIRCULANTE	412.621.876,54	46,04%	438.961.694,07	-6,00%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	411.216.644,62	45,88%	437.577.562,86	-6,02%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	70.126,66	0,01%	50.514,00	38,83%
ESTOQUES	1.335.105,26	0,15%	1.333.617,21	0,11%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	483.622.156,76	53,96%	447.238.746,81	8,14%
IMOBILIZADO	437.835.189,56	48,85%	405.700.219,98	7,92%
INTANGÍVEL	45.786.967,20	5,11%	41.538.526,83	10,23%
TOTAL DO ATIVO	896.244.033,30	100,00%	886.200.440,88	1,13%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
PASSIVO CIRCULANTE	408.021.471,47	45,53%	436.891.873,96	-6,61%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.097.039,03	0,23%	1.845.635,91	13,62%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	405.924.432,44	45,29%	435.046.238,05	-6,69%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	488.222.561,83	54,47%	449.308.566,92	8,66%
RESULTADOS ACUMULADOS	488.222.561,83	54,47%	449.308.566,92	8,66%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	896.244.033,30	100,00%	886.200.440,88	1,13%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

Em trabalhos de auditoria interna e exames realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará em prestações de contas pretéritas, foram abordadas inconsistências na composição dos inventários dos bens móveis, imóveis e intangíveis, bem como nas adequações aos saldos contábeis.

Diante do exposto e com o intuito de estabelecer forma ordenada de resolução, em maio de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) propôs, de forma voluntária, a celebração de Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), no âmbito do processo nº 12268/2024-1. O objetivo central desse instrumento é sanar fragilidades relacionadas à gestão patrimonial, abrangendo bens móveis, imóveis e intangíveis.

Nesse contexto, as inconsistências apontadas nas prestações de contas decorrem de uma etapa de levantamento diagnóstico que ainda se encontra em andamento, conforme cronograma constante do plano de ação vinculado ao TAG. A previsão de conclusão dessa fase é agosto de 2025, momento em que serão integralmente mapeados os pontos que demandarão intervenções técnicas. Esse cenário evidencia que o TJCE vem conduzindo as ações de forma coordenada, nos exatos termos do plano de ação submetido ao TCE/CE, como estratégia para o saneamento das fragilidades identificadas.

Por outro lado, observa-se que ainda não foi alcançada a etapa de consolidação dos dados de inventário patrimonial, o que constitui condição necessária para o conhecimento pleno das divergências remanescentes. A conclusão dessa etapa é, portanto, um pré-requisito fundamental para a implementação de ajustes específicos nos sistemas de controle.

No que diz respeito às medidas previstas no plano de ação pactuado, destacam-se providências essenciais, tais como o desenvolvimento de um sistema informatizado para conciliação físico-contábil e a elaboração, bem como publicação, de normativos orientadores que visam à padronização de procedimentos e ao fortalecimento do controle externo. Além disso, estão previstas ações de capacitação das unidades envolvidas na gestão patrimonial, a realização de ajustes e baixas nos sistemas contábeis e financeiros, o monitoramento contínuo das atividades de gestão e controle e, ainda, a baixa de bens por perdas, com eventual apuração de responsabilidade, quando cabível.

A proposta de TAG foi precedida de reuniões técnicas com representantes do TCE/CE, nas quais foram apresentados os dados relativos à situação patrimonial do TJCE. A Diretoria de Contas de Gestão I, por meio do Relatório Informativo nº 3643/2024, manifestou-se favoravelmente à admissibilidade do Termo, destacando:

“A propositura apresentada representa a culminância de esforços do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em dirimir as fragilidades encontradas na gestão dos bens públicos (...), bem como em adequar os registros da contabilidade desses bens de maneira que as informações contábeis possam refletir de forma fidedigna a real situação patrimonial do Poder Judiciário.”

"Verifica-se que o autor do presente TAG possui legitimidade para propor, refere-se à matéria de competência deste TCE/CE, indica o procedimento a ser regularizado, bem como o Termo está redigido com clareza, concluindo esta Unidade Técnica pela sua admissibilidade."

Diante desse cenário, constata-se que a própria equipe técnica do TCE/CE, ao analisar de forma aprofundada o panorama histórico das inconsistências patrimoniais do TJCE, reconhece a impossibilidade de sua plena resolução no curto espaço de uma única gestão, o que justifica a adoção de medidas escalonadas e estruturadas no médio e longo prazo.

Portanto, a adoção do TAG representa uma medida estratégica, considerando a magnitude e a complexidade das inconsistências históricas apontadas. O plano pactuado está devidamente estruturado para execução progressiva e contempla ações que exigem prazos compatíveis com a realidade dos desafios identificados. A expectativa institucional é de que, com o cumprimento do cronograma estabelecido, seja possível alcançar a plena regularização patrimonial, assegurando, assim, a conformidade físico-contábil das informações. Todo esse processo segue rigorosamente orientado pelos princípios da eficiência, da transparência e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

D) Demonstrações das Variações Patrimoniais

Houve superavit patrimonial de R\$ 49.254.003,56, valor correspondente ao resultado do exercício, refletido também no Balanço Patrimonial como incremento ao Patrimônio Líquido. As Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 1.936.469.118,05, sendo predominantemente compostas por Transferências Intragovernamentais, no montante de R\$ 1.934.446.908,46, oriundas do Tesouro Estadual, representando assim a principal fonte de ingresso para o órgão no exercício. Houve ainda pequenas contribuições de Transferências Intergovernamentais no montante de R\$ 2.018.461,67 e ganhos com desincorporação de passivos no valor de R\$ 3.747,92.

Por outro lado, as Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 1.887.215.114,49. Essas se concentraram sobretudo nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que totalizaram R\$ 1.574.677.338,33, mantendo a tendência observada em exercícios anteriores. As demais diminuições foram representadas por Benefícios Previdenciários e Assistenciais no valor de R\$ 109.225.892,49, Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo (R\$ 58.056.722,43), Transferências Concedidas (R\$ 3.432.559,68) e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 141.338.126,35).

O Resultado Patrimonial do exercício de 2024, portanto, representa uma elevação de aproximadamente 1,82% em relação ao superávit obtido em 2023, que foi de R\$ 48.370.791,16. Esse crescimento ocorreu mesmo sem registro de perdas involuntárias, diferentemente do exercício anterior, quando foram contabilizadas perdas patrimoniais no valor de R\$ 4.441.173,36 devido à baixa de bens em decorrência de incêndio.

Tabela 07 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TJCE				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Transferências e Delegações Recebidas	1.936.465.370,13	100,00%	1.645.993.836,00	17,65%
Transferências Intra Governamentais	1.934.446.908,46	99,90%	1.645.993.836,00	17,52%
Transferências InterGovernamentais	2.018.461,67	0,10%	0,00	0,00%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESIN-CORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.747,92	0,00%	1.200,00	212,33%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.747,92	0,00%	1.200,00	212,33%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.936.469.118,05	100,00%	1.645.996.998,00	17,65%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Pessoal e Encargos	1.574.677.338,33	83,44%	1.411.412.508,22	11,57%
Remuneração a Pessoal	1.194.174.088,88	63,28%	1.073.427.829,34	11,25%
Encargos Patronais	260.893.991,54	13,82%	240.885.495,75	8,31%
Benefícios a Pessoal	118.260.171,06	6,27%	96.127.297,00	23,02%
Outras Variações Pessoal e Encargos	1.349.086,85	0,07%	971.886,13	38,81%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	109.225.892,49	5,79%	62.451.200,13	74,90%
Pensões	3.011.213,70	0,16%	3.169.569,01	-5,00%
Políticas Públicas de Transferência de Renda	105.603.300,27	5,60%	59.121.622,47	78,62%

Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	611.378,52	0,03%	160.008,65	282,09%
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	58.056.722,43	3,08%	53.505.622,36	8,51%
Uso de Material de Consumo	1.997.002,50	0,11%	2.328.697,83	-14,24%
Utilização de Serviços	42.755.399,24	2,27%	35.350.781,92	20,95%
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.304.320,69	0,70%	15.826.142,61	-15,93%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	3.432.559,68	0,18%	346.025,98	891,99%
Transferências Intra Governamentais	3.422.595,25	0,18%	346.025,98	889,12%
Transferências Inter Governamentais	2.047,81	0,00%	0,00	0,00%
Transferências para Instituições Privadas	7.916,62	0,00%	0,00	0,00%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	132.768,92	0,01%	4.451.259,04	-97,02%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	132.768,92	0,01%	10.085,68	1216,41%
Perdas Involuntárias	0,00	0,00%	4.441.173,36	-100,00%
Tributárias	351.706,29	0,02%	613.341,89	-42,66%
Contribuições	351.706,29	0,02%	613.341,89	-42,66%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	141.338.126,35	7,49%	64.846.249,22	117,96%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	141.338.126,35	7,49%	64.846.249,22	117,96%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.887.215.114,49	100,00%	1.597.626.206,84	18,13%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	49.254.003,56	-	48.370.791,16	1,83%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa correspondeu à soma dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, resultando em uma geração líquida negativa de R\$ 26.341.305,58 no exercício em análise. Esse resultado decorre, principalmente, do fluxo de caixa negativo das atividades operacionais, que apresentou um saldo negativo de R\$ 20.427.334,00, contrastando com o exercício anterior, que havia registrado um fluxo positivo de R\$ 31.982.987,06.

Tabela 08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)			
Ingressos	3.263.479.262,54	3.249.285.729,69	0,44%

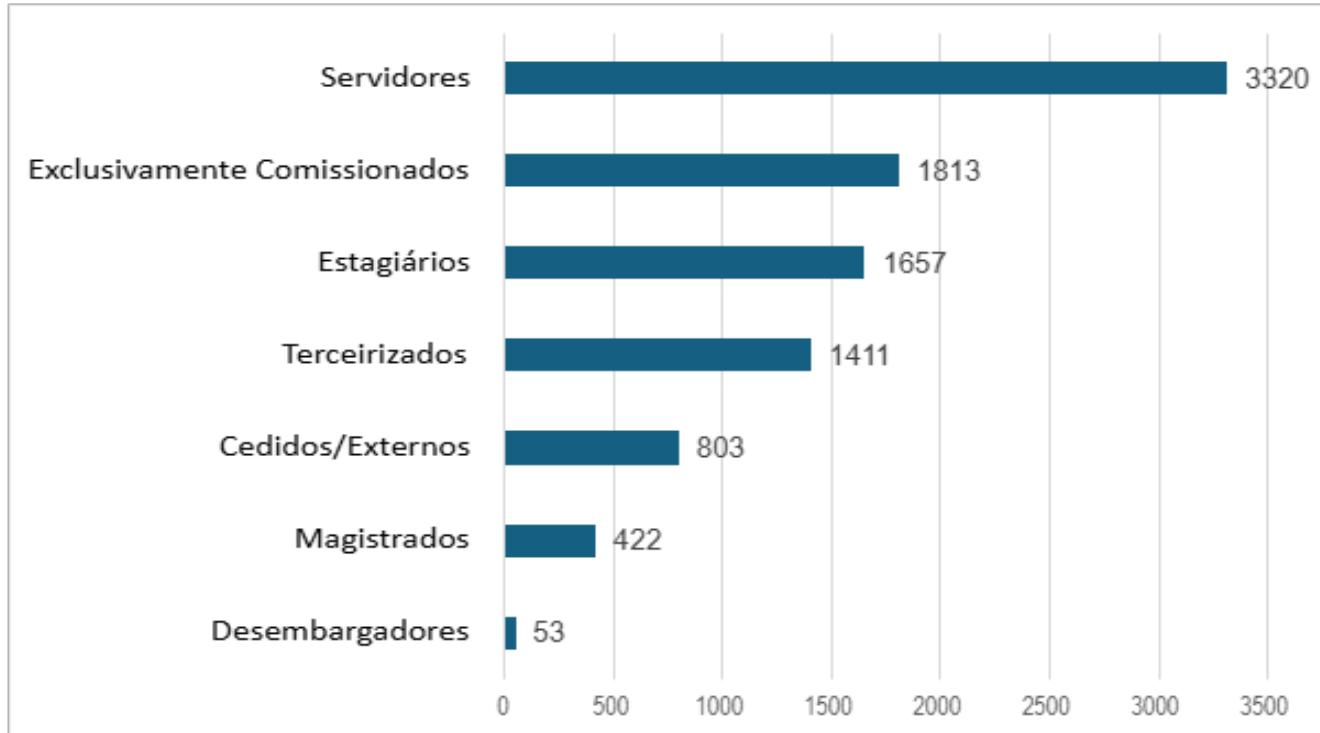
Transferências recebidas	1.887.885.026,20	1.612.142.904,25	17,10%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	1.375.594.236,34	1.637.142.825,44	-15,98%
Desembolsos	3.283.906.596,54	3.217.302.742,63	2,07%
Pessoal e Demais Despesas	1.875.524.955,64	1.598.357.087,39	17,34%
Transferências concedidas	3.422.595,25	294.706,98	1061,36%
Outros desembolsos operacionais	1.404.959.045,65	1.618.650.948,26	-13,20%
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	-20.427.334,00	31.982.987,06	-163,87%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	5.913.971,58	10.363.221,61	-42,93%
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.930.467,66	9.711.018,25	-69,82%
Outros desembolsos de investimentos	2.983.503,92	652.203,36	357,45%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-5.913.971,58	-10.363.221,61	-42,93%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00	0,00%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-26.341.305,58	21.619.765,45	-221,84%
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	437.577.562,86	415.695.796,43	5,26%
Caixa e Equivalente de caixa final	411.216.644,62	437.577.562,86	-6,02%
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	-26.360.918,24	21.881.766,43	-220,47%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	19.612,66	-262.000,98	-107,49%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	4.177.716,88	29.478.912,16	-85,83%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	4.158.104,22	29.740.913,14	-86,02%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	-26.341.305,58	21.619.765,45	-221,84%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

2.4.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Acerca dos recursos humanos envolvidos nas atividades administrativas e judiciais, o Gráfico 1 apresenta o quadro de pessoal e força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará, referente ao exercício de 2024.

Gráfico 01 – Quadro de Pessoal e Força de Trabalho – 2024



Fonte: AdmRH/Folha de Dezembro/2024

Consoante a Tabela 09, observa-se uma redução de aproximadamente 7,05%, correspondendo a R\$ 93.341.187,23 da soma das despesas de pessoal empenhadas comparativamente ao exercício anterior.

Tabela 09 – Despesas de Pessoal

DESPESA DE PESSOAL – TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
MÊS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	DIFERENÇA	ANÁLISE HORIZONTAL	ANÁLISE VERTICAL
JAN	88.189.908,36	96.277.889,31	-8.087.980,95	-8,40%	7,17%
FEV	89.578.329,47	99.822.815,88	-10.244.486,41	-10,26%	7,28%
MAR	90.196.349,59	99.911.576,73	-9.715.227,14	-9,72%	7,33%
ABR	91.446.531,18	91.887.316,08	-440.784,90	-0,48%	7,43%
MAI	131.305.875,65	97.983.970,77	33.321.904,88	34,01%	10,67%
JUN	92.567.812,31	141.480.987,71	-48.913.175,40	-34,57%	7,52%
JUL	95.361.101,45	100.260.106,62	-4.899.005,17	-4,89%	7,75%
AGO	97.870.764,98	102.593.049,83	-4.722.284,85	-4,60%	7,96%

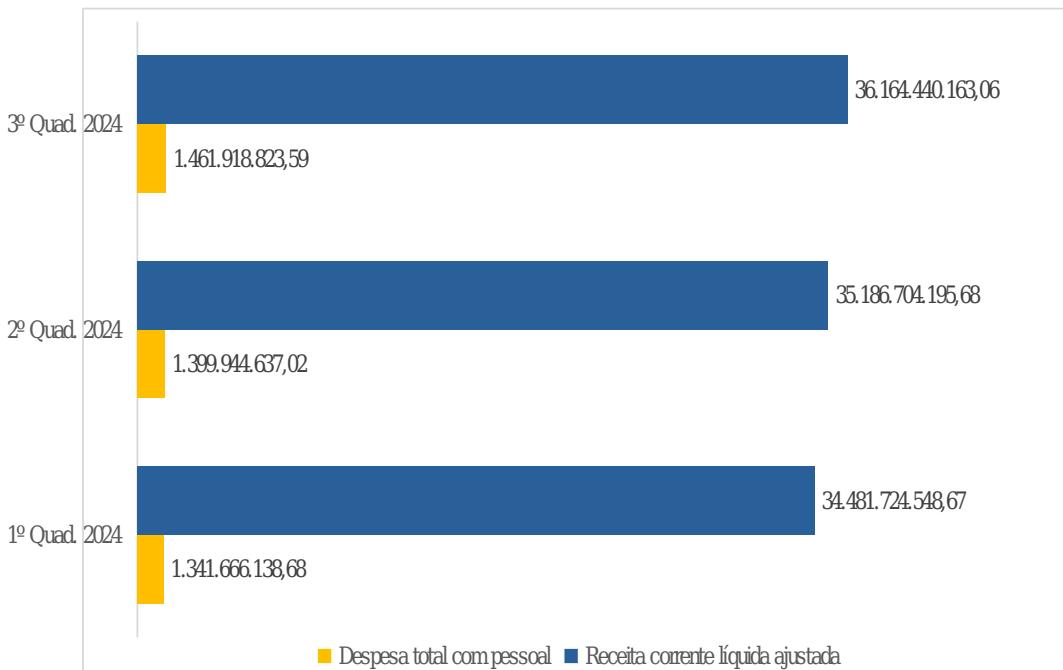
SET	97.445.304,86	103.840.071,77	-6.394.766,91	-6,16%	7,92%
OUT	97.809.147,16	104.044.636,08	-6.235.488,92	-5,99%	7,95%
NOV	97.253.815,63	102.918.729,10	-5.664.913,47	-5,50%	7,91%
DEZ	161.124.451,66	182.469.429,65	-21.344.977,99	-11,70%	13,10%
TOTAL	1.230.149.392,30	1.323.490.579,53	-93.341.187,23	-7,05%	100,00%

Fonte: SIOF, Relatório Evolução da Despesa por Órgão e Despesa.

Os índices de despesas de pessoal para fins do cumprimento do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que indicam a representação da despesa líquida com pessoal liquidada deste Poder comparada à receita corrente líquida ajustada do Estado, foram de **3,89%** no primeiro quadrimestre, 3,98% no segundo quadrimestre e 4,04% no último quadrimestre de 2024, todos alcançados considerando o acumulado dos últimos doze meses. Dessa forma, manteve-se abaixo do limite de alerta estabelecido para o Judiciário, qual seja 5,4%.

As despesas e receitas vinculadas ao cômputo do limite legal por quadrimestre do exercício em análise foram arroladas no Gráfico 02.

Gráfico 02 – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida – 2024



Fonte: Demonstrativos da Despesa com Pessoal

Ademais, a publicação da Emenda Constitucional nº 88/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito do Estado do Ceará por dez exercícios financeiros, estabeleceu-se limites individualizados aos poderes referentes às despesas primárias correntes. Isto posto, foi estipulado para o Poder Judiciário o teto de gastos de R\$ 2.241.288.612,48, para o ano de 2024, restando 17,34% de saldo, após o encerramento da execução orçamentária do sobredito exercício.

Outrossim, a gestão de recursos humanos do PJCE guarda sintonia com o Plano Estratégico do TJCE 2021-2030, aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07/2021, cuja Secretaria de Gestão de Pessoas é gestora dos indicadores 23 – percentual de servidores capacitados e 24 – índice de clima organizacional. Destarte, as principais entregas referentes a política de recursos humanos estabelecidas para o ano de 2024 foram:

Nomeações

Foram nomeados 350 servidores efetivos entre os cargos de oficiais de Justiça, analistas e técnicos judiciários.

Capacitações

Foram realizadas 18 capacitações entre cursos e palestras, custeadas pelo Fermoju, totalizando 483 horas/aula e 969 participantes e 825 agentes públicos capacitados.

Ações de Saúde

A Coordenadoria de Atenção à Saúde alcançou um total de 11.015 atendimentos presenciais e virtuais, nas especialidades de saúde, e conseguiu realizar de janeiro a dezembro, 64 ações voltadas para a saúde mental e física do servidor.

Programa Vida em Equilíbrio

O Programa Vida em Equilíbrio foi implantado no âmbito do TJCE em 08 de maio de 2023 e tem por objetivo promover um estilo de vida saudável, reduzir o estresse, melhorar a saúde física e mental e aumentar a resiliência emocional dos servidores e magistrados do judiciário cearense. Em 2024, a Secretaria de Gestão de Pessoas ampliou as ações voltadas

para o Programa Vida em Equilíbrio. Isto posto, foram desenvolvidas as atividades a seguir:

- Contratação e realização da 1ª edição da corrida/caminhada do TJCE;
- Contratação da Plataforma de Saúde Física;
- Contratação de plataforma de Saúde Mental;
- Execução e monitoramento dos Grupos terapêuticos voltados para servidores e magistrados que atuam em áreas sensíveis;
- Execução e monitoramento do Medicina do Estilo de Vida – MEV, oferecendo acompanhamento médico e nutricional com o objetivo de proporcionar orientações e atendimento especializado para uma melhor qualidade devida através de hábitos e práticas saudáveis;
- Execução e monitoramento das aulas de Yoga;
- Execução e monitoramento da Ginástica Laboral,
- Realização do SGP Explica com 1877 participantes no exercício de 2024;
- Palestra em comemoração ao 1º ano do Programa Vida em Equilíbrio.

2.4.3 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Como integrante do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário – SIAUD-Jud, a SEAUDIN tem como objetivo maior contribuir de forma efetiva e diferenciada para a consecução dos objetivos institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à medida que oferece resposta à sociedade e aos gestores do TJCE, mediante avaliação de eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, por meio de relatórios de auditoria.

A Auditoria Interna tem como missão: *agregar valor aos processos de gerenciamento de riscos, aos controles internos, à integridade e à governança, visando à melhoria das operações e ao alcance dos objetivos estratégicos.* Em vistas de realizar essa missão, as

atividades compreenderam as áreas administrativas no âmbito deste Poder, inclusive considerando a gestão dos recursos atinentes aos Fundos próprios.

O Plano Anual de Auditoria 2024 (PAA 2024), aprovado pela Presidência do TJCE, previu 10 auditorias e 18 monitoramentos. A publicação de todos os Planos Anuais de Auditoria e de alterações, caso ocorridas, estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.tjce.jus.br/planos-de-auditoria/>.

Das auditorias efetuadas, comenta-se:

Gerir Contabilidade e Controle

A auditoria do macroprocesso Gerir Contabilidade e Controle teve como objetivo analisar a gestão das técnicas contábeis e atos administrativos, com foco nos registros no sistema Siafe e nos processos administrativos. A atividade visou ainda averiguar a eficácia dos controles para assegurar a fidedignidade das informações contábeis, promover a eficiência orçamentária e garantir a segurança financeira do órgão.

Gerir Vantagens Remuneratórias

A avaliação teve como propósito examinar os procedimentos relacionados ao pagamento de ajudas de custo a magistrados, abrangendo a análise das normas vigentes e a verificação dos processos de cadastramento, processamento e pagamento desses benefícios. A auditoria considerou o período de janeiro/2023 a abril/2024, com foco na eficiência dos controles e na conformidade dos atos administrativos.

Gerir Infraestrutura de TI

A auditoria do macroprocesso Gerir Infraestrutura de TI teve como objetivo avaliar os procedimentos de gestão contratual e execução dos serviços técnicos especializados de tecnologia da informação, relacionados ao suporte técnico de 1º, 2º e 3º níveis aos usuários do TJCE. A atividade contemplou a análise das rotinas periódicas, atendimento de demandas e gerenciamento da infraestrutura de TI, no âmbito do contrato nº 19/2020.

Gerir Manutenção e Zeladoria

O trabalho de auditoria teve como foco a avaliação dos procedimentos de planejamento, licitação e execução dos contratos de manutenção predial, especificamente os contratos nº 72/2019 e nº 73/2019 (Celebrados com a empresa AGRADA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA). A atividade buscou analisar os fluxos e controles aplicados à gestão dos serviços, com o objetivo de fortalecer a eficiência operacional e mitigar riscos na execução das atividades de manutenção do PJCE.

Gerir Folha

A auditoria do macroprocesso Gerir Folha de Pagamento teve como objetivo avaliar os fluxos do processo de fechamento de folha, considerando os riscos associados às atividades e os controles aplicados no tratamento desses riscos. A análise contemplou o período de agosto a dezembro de 2024, abrangendo desde o fechamento mensal da folha até o encaminhamento para conferência da Secretaria de Finanças.

Gerir Segurança da Informação

A auditoria do macroprocesso Gerenciar Segurança da Informação teve como objetivo avaliar os processos de implementação da Política de Segurança da Informação (PSI) e de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC no TJCE. A atividade focou na análise dos riscos associados às atividades, nos controles aplicados para mitigá-los e na conformidade das práticas de segurança física e lógica da informação.

Gerir Terceirização

O trabalho de auditoria teve como finalidade avaliar os controles internos aplicados nos procedimentos de planejamento, licitação, gestão e fiscalização de serviços contínuos com mão de obra terceirizada no âmbito dos contratos nº 20/2022 (Celebrado com a empresa CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EIRELI) e nº 63/2023 (Celebrado com a empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI). A ação

concentrou-se na análise da conformidade dos processos de contratação, buscando fortalecer a eficiência e a governança das contratações no TJCE.

Gerir Despesas

A auditoria do macroprocesso Gerir Despesas teve como objetivo avaliar o fluxo do processo de pagamento da folha de pessoal, com foco na identificação de riscos associados às atividades e na análise dos controles aplicados. A ação buscou mapear vulnerabilidades e apontar oportunidades de melhoria para fortalecer a eficiência operacional e assegurar a conformidade no pagamento das despesas de pessoal.

Gerir Obras e Serviços de Engenharia

A auditoria do macroprocesso Gerir Obras e Serviços de Engenharia teve como objetivo avaliar os procedimentos relativos ao planejamento, à licitação e à execução do contrato nº 11/2023, referente à reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Quixadá. A atividade buscou verificar a conformidade das etapas contratuais com as normas vigentes, visando aprimorar os controles internos e mitigar riscos operacionais.

Ação Coordenada – Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina

A auditoria teve como objetivo avaliar a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do PJCE, verificando o cumprimento das diretrizes do CNJ e a aderência ao Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) da Rede Equidade. A análise contemplou programas e práticas institucionais voltados à promoção da equidade socioprofissional entre homens e mulheres.

Foram efetuados os seguintes monitoramentos:

Gerir saúde ocupacional (Rel. 02/2021);

Ação coordenada em acessibilidade digital (Rel. 05/2021);

Gerenciar segurança da informação (Rel. 08/2021);

Gerir contabilidade e pagamentos (Rel. 02/2022);

Gerir obras e serviços de engenharia (Rel. 03/2022);
Gerir obras e serviços de engenharia (Rel. 06/2022);
Gerir postos de trabalho (Rel. 07/2022);
Gerir aquisições de bens permanentes e de consumo (Rel. 08/2022);
Gerir folha, indenizações e frequência (Rel. 09/2022);
Gerir Obras e Serviços de Engenharia (01/2023);
Gerir Governança de TI (Rel. 02/2023);
Gerir Contratações (03/2023);
Gerir Receitas (04/2023);
Auditoria Especial – Folha de Pagamento (05/2023);
Auditoria Coordenada – Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário (06/2023);
Gerir Obras e Serviços de Engenharia (07/2023);
Gerir Indenizações e Frequência (08/2023);
Gerir Ativos Patrimoniais (09/2023).

2.4.5 PROCESSOS LICITATÓRIOS

A respeito das contratações públicas, considera-se a obrigatoriedade da licitação para as aquisições de bens e contratações de serviços e obras realizados pela Administração no exercício de suas funções, segundo preceitua a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso XXI.

Intentando atender às necessidades do Poder Judiciário cearense, foram realizados no decorrer do exercício de 2024, procedimentos de licitações, cujas informações detalhadas podem ser consultadas através do portal: <https://www.tjce.jus.br/licitacoes/consulta/>. As contratações ocorreram por meio das seguintes modalidades: 42 pregões eletrônicos, 1 pregão presencial, 6 dispensas eletrônicas, 1 concorrência presencial e 1 Seleção Baseada nas Qualidades, conforme previsto no Promojud. Os números dos processos administrativos e respectivos objetos estão resumidamente referenciados na Tabelas 10.

Tabela 10 – Licitações Realizadas

PREGÃO ELETRÔNICO

LICITAÇÃO N°	PROCESSO ADMINISTRATIVO	SÍNTESE DO OBJETO	STATUS
01/2024	8525820-77.2023.8.06.0000	Contratação de empresa para prestar serviço de plataforma de atividade física e bem-estar.	Homologada
02/2024	8503872-79.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, a fim de atender o Tribunal de Justiça, CDI – Centro de Informação, CGJ – Corregedoria Geral da Justiça, Fórum das Turmas Recursais, ESMEC – Escola Superior da Magistratura, Assistência Militar, Fórum Clóvis Beviláqua e Creche Escola do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Homologada
03/2024	8527264-48.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de equipamentos para expansão da infraestrutura de armazenamento de dados (Switchs SAN), incluindo serviços de configuração e instalação, e garantia pelo período de 60 (sessenta) meses.	Homologada
04/2024	8523872-03.2023.8.06.0000	Contratação de empresa para fornecimento e instalação on-site (no local) de baterias seladas reguladas por válvulas – VRLA, a fim de manter operante os no breaks dos datacenter's do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Homologada
05/2024	8510253-06.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em engenharia para fornecimento e instalação de dois elevadores elétricos sem casa de máquinas e sete plataformas elevatórias de acessibilidade, incluindo prestação de garantia e manutenção preventiva e corretiva por 12 (doze) meses no edifício do Fórum Clóvis Beviláqua, sob regime de empreitada por preço global.	Revogada
06/2024	8510005-40.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de implantação de sistemas de áudio e vídeo digital com o fornecimento de toda a solução incluindo materiais, equipamentos, instalação, configuração, treinamento e garantia de 36 (trinta e seis) meses, mediante o regime de empreitada por preço global, pelo critério de julgamento do menor preço global.	Homologada
07/2024	8524885-71.2022.8.06.0000	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva para desempenho de atividades continuadas de serviços educacionais.	Homologada
08/2024	8527648-11.2023.8.06.0000	Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, instalação, desinstalação, fornecimento de peças, materiais, insumos, acessórios e demais componentes dos equipamentos e sistemas de ar-condicionado por expansão direta.	Homologada
09/2024	8513763-24.2023.8.06.0001	Registro de preços visando eventual fornecimento de café da manhã, almoço, jantar, ceia, lanches, refrigerantes e sucos, de forma parcelada, para as sessões do Tribunal do Júri da comarca de Fortaleza e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca de Fortaleza.	Homologada
10/2024	8525138-25.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual aquisição de PAPEL A4, a fim de atender as unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.	Homologada
11/2024	8504314-11.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Solução de Data Center Pré-fabricado modular Outdoor, com suporte, manutenção e garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, sob regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.	Homologada
12/2024	8522523-62.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual aquisição de material de limpeza, a fim de atender as unidades de 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, localizadas no interior do Estado do Ceará.	Homologada
13/2024	8500900-05.2024.8.06.0000	Contratação de prestação de serviços de saúde mental para os servidores e magistrados de todas as unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
14/2024	8518512-87.2023.8.06.0000	Contratação de prestação dos serviços de produção audiovisual, que envolve produtos (vídeo e/ou áudio) jornalísticos, promocionais, institucionais e documentais, incluídas a captação, edição e finalização de imagens/sons dos produtos, para veiculação em locais de interesse do	Homologada

		Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	
15/2024	8506587-60.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de subscrição de licenças de produtos da suíte VMWARE em uso pelo Poder Judiciário Cearense e consultoria especializada no ambiente. A solução deverá compreender suporte e atualização de versões das licenças pelo fabricante pelo período mínimo de 36 meses.	Homologada
17/2024	8511793-55.2024.8.06.0000	Contratação de serviços com dedicação exclusiva para desempenho de atividades continuadas de serviço operacional	Homologada
18/2024	8502510-08.2024.8.06.0000	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva para desempenho de atividades continuadas de saúde.	Homologada
19/2024	8519460-29.2023.8.06.0000	Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios nas subestações abaixadoras abrigadas e grupos geradores pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
20/2024	8525270-82.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual aquisição de COPOS DESCARTÁVEIS, a fim de atender as unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Homologada
21/2024	8503067-29.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em serviços de transporte rodoviário de cargas fracionadas, a fim de realizar entrega e recolhimento de materiais de uso e consumo e bens patrimoniais em caminhões fechados entre o Tribunal de Justiça e as diversas unidades judiciarias.	Homologada
22/2024	8522868-28.2023.8.06.0000	Contratação de prestação de serviços de empresa especializada em prestação de serviços de controle sanitário integrado de vetores e pragas urbanas nas unidades do tribunal de justiça do estado do ceará.	Homologada
23/2024	8525108-87.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual aquisição de material de expediente e utensílios para escritório, a fim de atender as unidades do poder judiciário do estado do ceará.	Homologada
24/2024	8521909-57.2023.8.06.0000	Contratação de empresa para fornecimento e instalação on-site (no local) de GRUPO MOTOR GERADOR (GMG) CABINADO, a fim de manter operante os no-breaks dos datacenter's do Poder Judiciário do Estado do Ceará..	Fracassada
25/2024	8524574-46.2023.8.06.0000	Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de emissão e validação de certificados digitais, sendo 10 (dez) certificados do tipo e-CPF A1, 2.600 (dois mil e seiscentos) certificados do tipo e-CPF A3, 8 (oito) certificados do tipo e-CNPJ A1, 8 (oito) certificados do tipo e-CNPJ A3 e 10 (dez) visitas para emissão e validação dos certificados na comarca de Fortaleza, a fim de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob regime de empreitada por preço unitário.	Fracassada
26/2024	8509141-65.2024.8.06.0000	Contratação para aquisição de novos appliances de plataforma de segurança em cluster de firewalls tipo chassis (NGFW) da Palo Alto Networks incluindo licenças equivalentes as subscrições em curso, garantia e suporte técnico para atualização dos firewalls atuais em produção pelo prazo de 60 (sessenta) meses, incluindo serviços de instalação, treinamento e demais especificações e características consignados.	Homologada
28/2024	8510187-89.2024.8.06.0000	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de licenças de uma solução de segurança de Endpoint com funcionalidades de EDR/XDR, incluindo os serviços de instalação, configuração, implantação e treinamento da solução e demais especificações e características consignados, incluindo suporte e garantia pelo período de 60 meses.	Homologada
29/2024	8502858-26.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de inspeção de bagagens e pacotes, mediante cessão de equipamentos tipo raios-x (scanner de conteúdo), treinamento, manutenção e assistência técnica, a fim de atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Fracassada

30/2024	8524236-72.2023.8.06.0000	Registro de preços visando eventual fornecimento de Refeições do Júri (Refeição tipo quentinha/marmitex, Lanche, Refrigerante e Suco) para atender as Sessões do Tribunal do Júri do Interior do Estado do Ceará e Região metropolitana de Fortaleza	Homologada
31/2024	8507533-32.2024.8.06.0000	Contratação de serviço terceirizado continuado com dedicação exclusiva de mão de obra na área de comunicação social	Homologada
32/2024	8512082-22.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de manutenção preventiva (TRIMESTRAL) e corretiva (SOB DEMANDA), incluindo o fornecimento de peças para as catracas eletrônicas e demais periféricos, bem como prestação dos serviços de inovação tecnológica dos equipamentos existentes (abrangendo o fornecimento e instalação dos leitores biométricos faciais com qr code).	Adjudicada
33/2024	8515527-48.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação mensal sistemática e continuada de veículos, sem motorista, sem combustível, com seguro total, para atender à necessidade de deslocamento de servidores e magistrados, bem como assegurar apoio logístico as unidades do Poder Judiciário no interior e capital do estado Cearense.	Homologada
34/2024	8502210-46.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de gerenciamento da frota de veículos e equipamentos (combustível, conserto de pneu e lavagem veicular) por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético) em rede credenciada que permita a obtenção de um controle eletrônico eficaz da gestão da frota de veículos e equipamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
35/2024	8508620-20.2024.8.06.0001	Contratação de empresa especializada em engenharia para prestar serviço de readequação predial para implantação dos 3º e 4º juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua	Deserta
36/2024	8525413-71.2023.8.06.0000	Registro de preços para aquisição de envelopes de papel amarelado e branco.	Adjudicada
37/2024	8503081-13.2023.8.06.0000	Aquisição e instalação de persianas horizontais de alumínio de 50mm destinadas a melhorar o conforto ambiental nos ambientes de trabalho.	Deserta
38/2024	8520104-69.2023.8.06.0000	Contratação de empresa para o fornecimento de licenças de software da Adobe Creative Cloud Pro para criação e tratamento profissional de imagens, edição de texto, diagramação de material gráfico, edição de vídeo e banco de imagens, com garantia, atualização e assistência técnica pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	Homologada
39/2024	8522724-54.2023.8.06.0000	Contratação de aquisição e montagem de MOBILIÁRIOS de AMBIENTAÇÃO, a fim de atender a Sede Judiciária, Sede Administrativa e Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
40/2024	8506485-38.2024.8.06.0000	Registro de preços para aquisição de água mineral e resarcimento de vasilhames (garrafas de 20 litros) fornecidos em regime de comodato.	Homologada
41/2024	8519314-85.2023.8.06.0000	Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução para coleta, organização, análise e apresentação de informações para a tomada de decisões, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação, para atender às necessidades do tribunal de justiça do estado do ceará (tjce).	Fracassada
42/2024	8517826-61.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em engenharia para prestar o serviço de engenharia de readequação predial do fórum de maracanaú para implantação do 7º núcleo regional de custódia e inquéritos, em regime de empreitada por preço unitário.	Homologada
43/2024	8503994-58.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Buffet para eventos e solenidades do Poder Judiciário.	Homologada
44/2024	8506807-58.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de autoridades nos demais Estados da Federação Brasileira com motorista, combustível e seguro total (sem franquia) de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Homologada

PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº.	PROCESSO	SÍNTESE DO OBJETO	STATUS
---------------	----------	-------------------	--------

01/2024	8509377-17.2024.8.06.0000	Contratação de instituição bancária oficial para prestação de serviços bancários de gerenciamento e processamento das contas referentes aos recursos sob custódia (depósitos judiciais, fianças criminais, precatórios e requisições de pequeno valor – RPV), mediante compensação financeira em favor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).	Homologada
---------	---------------------------	--	------------

DISPENSA ELETRÔNICA

LICITAÇÃO Nº.	PROCESSO	SÍNTESSE DO OBJETO	STATUS
01/2024	8516401-96.2024.8.06.0000	Contratação de empresa para emissão de vouchers para emissão de certificados digitais, sendo 15 (quinze) certificados do tipo e-CPF A1, 1.072 (um mil e setenta e dois) certificados do tipo e-CPF A3, 15 (quinze) certificados do tipo e-CNPJ A1 e 15 (quinze) certificados do tipo e-CNPJ A3, sob regime de execução indireta, por preço unitário de itens/grupos, a fim de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
02/2024	8522525-95.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de mobiliários, equipamentos audiovisuais e de sonorização, artigos de decoração e mão de obra para apoio técnico especializado à realização dos eventos institucionais “Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa” e “2º edição do Convergência” a serem realizados na ESMEC nos dias 18, 19 e 22 de novembro de 2024, sob regime de execução indireta, por preço global, a fim de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	Homologada
04/2024	8514132-81.2024.8.06.0001	Aquisição de mobiliários e acessórios para dormitórios com vistas a adequada acomodação dos jurados que participam de sessões do Tribunal do Júri que ocorrem nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua.	Deserta
05/2024	8527124-77.2024.8.06.0000	Aquisição de bicicletas para implementação do ciclo patrulhamento no entorno das unidades judiciárias situadas no Centro Administrativo do Cambeba e Fórum Clóvis Beviláqua.	Deserta
06/2024	8527109-11.2024.8.06.0000	Aquisição de drone e acessórios destinados a aprimorar as atividades de vigilância e segurança nas áreas do Fórum Clóvis Beviláqua e das unidades judiciárias do Cambeba.	Homologada
07/2024	8527118-70.2024.8.06.0000	Aquisição e instalação de persianas horizontais de alumínio de 50mm destinadas a melhorar o conforto ambiental nos ambientes de trabalho.	Homologada

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	SÍNTESSE DO OBJETO	STATUS
01/2024	8524485-23.2023.8.06.0000	Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia para execução da obra de reforma e ampliação da Sede Administrativa do TJCE	Homologada
02/2024	8502141-14.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços complementares à reforma da Sede Judiciária do TJCE.	Homologada
03/2024	8502172-34.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de reforma e ampliação do Fórum de Eusébio.	Homologada
04/2024	8502213-98.2024.8.06.0000	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de reforma do Fórum de Boa Viagem.	Homologada

BID - SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL (CI)

LICITAÇÃO Nº.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	SÍNTESSE DO OBJETO	STATUS
02/2024	8514587-49.2024.8.06.0000	Consultor(a) individual especializado para a realização da Avaliação Intermediária do Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará Contratação de a PROMOJUD).	Homologada

Fonte: <https://www.tjce.jus.br/licitacoes/consulta/>

3. FUNDOS ESPECIAIS DE NATUREZA CONTÁBIL

3.1 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – FERMOJU

Instituído pela Lei 11.891/1991, o Fermoju, a partir de 2010, passou a ser regido pela Lei Estadual nº 14.605/10, combinado com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 14.916/11.

Ademais, relativo as despesas do Fundo, informa-se que o Fermoju não possui quadro próprio de pessoal. Nesse diapasão, a Lei nº 14.605/2010, art. 2º, parágrafo único, proíbe, por conta do Fundo, o pagamento de despesas de custeio na folha normal de pessoal. De outro modo, o inciso X, do art. 2º, incluído pela Lei nº 18.453/2023, permitiu custeio de despesas com auxiliares da justiça e estagiários do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Isto posto, o art. 11 da norma supradita, determina que os bens adquiridos com recursos do Fermoju sejam incorporados diretamente ao patrimônio do Poder Judiciário, por meio da Guia de Lançamento ou outro documento apropriado, destarte, ficam registrados no ativo não circulante do Balanço Patrimonial do Tribunal de Justiça.

3.1.1 Das Fontes de Recursos

O Fermoju tem como fontes de receitas os recursos da venda de selos de autenticidade (fonte 29), recursos diretamente arrecadados (fonte 70), incluindo 90% do *spread* dos precatórios judiciais auferidos pelo Funseg – Provimento nº 12/2017.

Os recursos financiadores provêm de taxa judiciária; parte das custas judiciais dos cartórios e emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos; taxas de realizações de cursos e outros eventos; saldos de exercícios financeiros anteriores; créditos consignados; produto da remuneração de aplicações financeiras; subvenções, doações e auxílios recebidos; outras eventuais; de acordo com o estabelecido no art. 3º da Lei nº 14.605/2010, além das receitas da venda dos selos de autenticidade.

3.1.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

O nível de alteração orçamentária da despesa representou um acréscimo de 17,95% para o orçamento replanejado em 2024. A execução das despesas diretas com custeio representou 65,42% do total das despesas empenhadas e as despesas diretas com Investimentos retrataram 34,58% do referido total.

Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” serão pagas com as disponibilidades de caixa do Fermoju e que, quanto menor for o índice de Restos a Pagar inscritos, melhor o equilíbrio orçamentário.

Tabela 11 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – FERMOJU					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2024 - (Lei nº 18.664/23)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)		PREVISÃO ATUALIZADA (b)		RECEITAS REALIZADAS (c)
RECEITAS	379.274.245,00		352.474.245,00		413.065.351,60
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Empenho (f)	Liquidação (g)	Pagamento (h)
DESPESAS	379.274.245,00	447.362.865,00	413.065.351,60	271.573.051,53	270.136.322,44
Despesas Correntes	295.721.066,00	301.697.716,99	270.234.425,03	240.540.071,57	239.123.569,88
Pessoal e Encargos Sociais (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (j)	295.721.066,00	301.697.716,99	270.234.425,03	240.540.071,57	239.123.569,88
Despesas de Capital	83.553.179,00	145.665.148,01	142.830.926,57	31.032.979,96	31.012.752,56
Investimentos (k)	83.553.179,00	145.665.148,01	142.830.926,57	31.032.979,96	31.012.752,56
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (e-d)	Resultado Orçamentário (c-f)		Restos a Pagar Não processa- dos (f-g)	Restos a Pagar Processados (g-h)
	Valor (l)	Deficit/Superavit	Valor (m)	Valor (n)	Valor (o)
	68.088.620,00	Superavit	0,00	141.492.300,07	1.436.729,09
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (l/d)	17,95% Despesas Direta com Custeio (j/f)		65,42%		
Resultado Orçamentário (c/f)	100,00% Despesas Direta com Investimento (k/f)		34,58%		
Execução da Receita (c/b)	117,19% Despesas Pagas (h/f)		65,40%		
Execução da Despesa (f/e)	92,33% Restos a Pagar Não Processados (n/f)		34,25%		
Despesas Diretas com Pessoal (i/f)	0,00% Restos a Pagar Processados (o/f)		0,35%		

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

De acordo com o quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, pôde-se depreender que o total de ingressos foram superiores em 9,69% do total dos dispêndios.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, condiz com o valor registrado na geração líquida de caixa e equivalente de caixa, resultado da soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Além disso, os restos a pagar apurados com base no Balanço Orçamentário equivalem aos valores inscritos no Balanço Financeiro. Ressalte-se que a disponibilidade financeira se apresentou suficiente para atender às despesas inscritas em Restos a Pagar, cujo montante foi de R\$ 142.929.029,16, proveniente da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 390.992.935,85.

Tabela 12 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FERMOJU				
INGRESSOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Receita Orçamentária (I)	340.698.120,45	327.485.754,80	13.212.365,65	4,03%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	340.698.120,45	327.485.754,80	13.212.365,65	4,03%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	143.528.303,78	44.941.470,02	98.586.833,76	219,37%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	141.492.300,07	37.128.319,34	104.363.980,73	281,09%
Inscrição em Restos a Pagar Processados	1.436.729,09	2.656.838,97	-1.220.109,88	-45,92%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	599.274,62	5.156.311,71	-4.557.037,09	-88,38%
Saldo do Exercício Anterior (IV)	348.232.000,54	255.964.173,78	92.267.826,76	36,05%
Caixa e Equivalentes de Caixa	346.572.896,24	249.117.146,93	97.455.749,31	39,12%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.659.104,30	6.847.026,85	-5.187.922,55	-75,77%
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	832.458.424,77	628.391.398,60	204.067.026,17	32,47%

DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Despesas Orçamentárias (VI)	413.065.351,60	250.739.054,60	162.326.297,00	64,74%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	413.065.351,60	250.739.054,60	162.326.297,00	64,74%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	28.400.137,32	29.420.343,46	-1.020.206,14	-3,47%
Restos a Pagar Não Processados	25.144.831,43	22.278.937,23	2.865.894,20	12,86%
Restos a Pagar Processados	2.655.248,12	1.985.094,52	670.153,60	33,76%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	600.057,77	5.156.311,71	-4.556.253,94	-88,36%
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	390.992.935,85	348.232.000,54	42.760.935,31	12,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa	389.715.907,23	346.572.896,24	43.143.010,99	12,45%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.277.028,62	1.659.104,30	-382.075,68	-23,03%
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	832.458.424,77	628.391.398,60	204.067.026,17	32,47%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado patrimonial computado no exercício de 2024 foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais. O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício mais Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores.

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, para cada R\$ 1,00 de obrigação o Fermoju dispôs de R\$ 266,84 para sua quitação. O de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, apenas 0,37% do ativo estava comprometido com as obrigações assumidas. E, para o de composição do endividamento, cujo percentual indica a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, 100% eram de curto prazo, ou seja, exigíveis em até 12 meses.

Tabela 13 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FERMOJU
ATIVO

ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ativo Circulante	391.018.635,85	100,00%	348.238.300,54	12,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa	389.715.907,23	99,67%	346.572.896,24	12,45%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.302.728,62	0,33%	1.665.404,30	-21,78%
Estoque	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ativo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Intangível	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do Ativo	391.018.635,85	100,00%	348.238.300,54	12,28%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Passivo Circulante	1.465.381,40	0,37%	2.923.037,20	-49,87%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	222.031,23	0,06%	278.335,96	-20,23%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	32.988,35	0,01%	242.201,98	-86,38%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,20	0,00%	143,43	-99,86%
Demais obrigações a Curto Prazo	1.210.361,62	0,31%	2.402.355,83	-49,62%
Passivo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do Passivo	1.465.381,40	0,37%	2.923.037,20	-49,87%
Patrimônio Líquido (PL)	389.553.254,45	99,63%	345.315.263,34	12,81%
Total do Passivo + PL	391.018.635,85	100,00%	348.238.300,54	12,28%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superavit patrimonial de R\$ 50.494.546,21 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pela arrecadação de emolumentos e custas judiciais, e a venda de selos de autenticidade. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nas saídas para pagamentos de despesas de serviços em geral, tais como despesas com água e esgoto, limpeza e conservação, energia elétrica, tecnologia da informação, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis etc.

O Resultado Patrimonial, apesar de superavitário, comparativamente ao período anterior apresentou uma redução de 49,42% em relação à 2023.

Tabela 14 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FERMOJU				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	237.704.834,75	69,77%	224.620.733,30	5,82%
Impostos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Taxas	237.704.834,75	69,77%	224.620.733,30	5,82%
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Contribuições	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Contribuições Sociais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.700.028,60	0,50%	3.331.012,38	-48,96%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	1.700.028,60	0,50%	3.330.674,88	-48,96%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	80.247.647,38	23,55%	78.891.160,42	1,72%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	38.912.062,67	11,42%	37.816.530,56	2,90%
Outras Variações Pat. Aumentativas – Financeiras	41.335.584,71	12,13%	41.074.629,86	0,64%
Transferências e Delegações Recebidas	2.544.444,17	0,75%	1.537.882,50	65,45%
Transferências Intra Governamentais	2.544.444,17	0,75%	1.537.882,50	65,45%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	9.484,29	0,00%	80.973,69	-88,29%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.484,29	0,00%	80.973,69	-88,29%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	18.501.165,55	5,43%	19.104.966,20	-3,16%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	18.501.165,55	5,43%	19.104.966,20	-3,16%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	340.707.604,74	100,00%	327.566.728,49	4,01%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	189.056.101,70	65,14%	159.828.672,49	18,29%
Uso de Material de Consumo	350.950,00	0,12%	314.000,00	11,77%
Utilização de Serviços	188.705.151,70	65,02%	159.514.672,49	18,30%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	160,42	0,00%	1.030,54	-84,43%
Juros e Encargos de Mora	160,42	0,00%	1.030,54	-84,43%
Transferências e Delegações Concedidas	46.561.882,26	16,04%	33.155.254,36	40,44%
Transferências Intra Governamentais	46.561.882,26	16,04%	33.155.254,36	40,44%
Tributárias	2.472.842,15	0,85%	1.331.900,41	85,66%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56.998,61	0,02%	54.389,58	4,80%
Contribuições	2.415.843,54	0,83%	1.277.510,83	89,11%

Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	52.122.072,00	17,96%	33.420.791,56	55,96%
Premiações	25.762,08	0,01%	38.616,56	-33,29%
Incentivos	18.000,00	0,01%	34.000,00	-47,06%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	52.078.309,92	17,94%	33.348.175,00	56,17%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	290.213.058,53	100,00%	227.737.649,36	27,43%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	50.494.546,21	-	99.829.079,13	-49,42%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida positiva menor em comparação ao ano de 2023. O resultado foi impactado pela redução do fluxo de caixa operacional e pelo crescimento dos desembolsos das atividades de investimento.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$ 43.143.010,99.

Tabela 15 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – FERMOJU			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ingressos	341.294.617,68	332.171.695,21	2,75%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	237.704.834,75	224.620.733,30	5,82%
Receita Patrimonial	525.748,03	644.588,37	-18,44%
Receita de Serviços	1.174.280,57	2.686.424,01	-56,29%
Remuneração das Disponibilidades	38.912.062,67	37.816.530,56	2,90%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	62.378.417,04	61.247.107,26	1,85%
Transferências Recebidas	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	599.274,62	5.156.311,71	-88,38%
Desembolsos	254.063.532,22	210.237.540,15	20,85%
Pessoal e Demais Despesas	253.463.474,45	205.081.228,44	23,59%
Transferências Concedidas	0,00	0,00	0,00%

Outros Desembolsos Operacionais	600.057,77	5.156.311,71	-88,36%
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais I	87.231.085,46	121.934.155,06	-28,46%
Ingressos	2.777,39	470.371,30	-99,41%
Alienação de Bens	2.777,39	470.371,30	-99,41%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00%
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	44.472.927,54	30.136.699,60	47,57%
Aquisição de Ativo Não Circulante	37.759.499,06	24.548.591,22	53,82%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00%
Outros desembolsos de investimentos	6.713.428,48	5.588.108,38	20,14%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento II	-44.470.150,15	-29.666.328,30	49,90%
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento III	0,00	0,00	0,00%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	42.760.935,31	92.267.826,76	-53,66%
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	346.572.896,24	249.117.146,93	39,12%
Caixa e Equivalente de caixa final	389.715.907,23	346.572.896,24	12,45%
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	43.143.010,99	97.455.749,31	-55,73%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	-382.075,68	-5.187.922,55	-92,64%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	262.592.523,60	257.223.877,91	2,09%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	262.974.599,28	262.411.800,46	0,21%
VI - ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00%
VII - ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	0,00	0,00	0,00%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	42.760.935,31	92.267.826,76	-53,66%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

3.2 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG

A Lei nº 15.145/2012 dispõe que o Funseg tem por objetivo gerir recursos financeiros visando subsidiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, assim como a estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados. Portanto, os recursos pertinentes ao Fundo serão aplicados em construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual; manutenção, formação, aperfeiçoamento e especialização de serviços de segurança; aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais; participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades; além de atividades relativas à sua própria gestão.

Cumpre informar que o Funseg não possui quadro próprio de pessoal. Nesse diapasão, a Lei nº 15.145/2012, art. 3º, inciso VI, veda a aplicação de seus recursos para custear despesas de servidores já remunerados pelos cofres públicos. De outro modo, o art. 8º da norma supradita, determina que os bens adquiridos com recursos do Funseg sejam incorporados ao patrimônio do Judiciário cearense.

3.2.1 Das Fontes de Recursos

O Funseg tem como fonte os recursos diretamente arrecadados (fonte 70), cujas verbas financiadoras provêm de arrecadações (3% do realizado) de emolumentos e custas judiciais e (20% do realizado) de aluguéis referente à utilização de instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual, ambas efetuadas por meio de guia do Fermoju repassadas ao Fundo em epígrafe; 10% dos rendimentos obtidos a título de spread de contas de precatórios judiciais (Provimento nº 12/2017); e dos rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas.

3.2.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

A execução das despesas diretas com custeio representou 100% do total das despesas empenhadas e as despesas diretas com Investimentos retrataram 0% do referido total.

Tabela 16 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNSEG					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2024 - (Lei nº 18.664/23)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL(a)		PREVISÃO ATUALIZADA (b)		RECEITAS REALIZADAS (c)
RECEITAS	10.000.000,00		10.000.000,00		9.421.216,59
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Empenho (f)	Liquidado (g)	Pagamento (h)
DESPESAS	10.000.000,00	10.000.000,00	4.832.400,00	3.265.963,49	3.146.710,89

Despesas Correntes	6.521.667,00	6.521.667,00	4.832.400,00	3.265.963,49	3.146.710,89
Pessoal e Encargos Sociais (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (j)	6.521.667,00	6.521.667,00	4.832.400,00	3.265.963,49	3.146.710,89
Despesas de Capital	3.478.333,00	3.478.333,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (k)	3.478.333,00	3.478.333,00	0,00	0,00	0,00
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (e-d)	Resultado Orçamentário (c-f)		Restos a Pagar Não processados (f-g)	Restos a Pagar Processados (g-h)
	Valor (l) 0,00	Déficit/Superávit Superávit	Valor (m) 4.588.816,59	Valor (n) 1.566.436,51	Valor (o) 119.252,60
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (l/d)	0,00%	Despesas Direta com Custeio (j/f)			100,00%
Resultado Orçamentário (c/f)	194,96%	Despesas Direta com Investimento (k/f)			0,00%
Execução da Receita (c/b)	94,21%	Despesas Pagas (h/e)			65,12%
Execução da Despesa (f/e)	48,32%	Restos a Pagar Não Processados (n/f)			32,42%
Despesas Diretas com Pessoal (i/f)	0,00%	Restos a Pagar Processados (o/f)			2,47%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

O quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, evidenciou que o total de ingressos foram superiores em 242,3% do total dos dispêndios.

A variação do caixa e equivalente de caixa, apurado entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, condiz com o valor registrado na geração líquida de caixa e equivalente de caixa, resultado da soma dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, concernente a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 17 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FUNSEG				
INGRESSOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Receita Orçamentária (I)	9.421.216,59	8.483.076,66	938.139,93	11,06%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	9.421.216,59	8.483.076,66	938.139,93	11,06%

Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	1.691.493,89	2.200.486,69	-508.992,80	-23,13%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.566.436,51	0,00	1.566.436,51	0,00%
Inscrição em Restos a Pagar Processados	119.252,60	0,00	119.252,60	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.804,78	2.200.486,69	-2.194.681,91	-99,74%
Saldo do Exercício Anterior (IV)	28.205.562,11	20.642.913,57	7.562.648,54	36,64%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.205.562,11	20.642.913,57	7.562.648,54	36,64%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	39.318.272,59	31.326.476,92	7.991.795,67	25,51%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Despesas Orçamentárias (VI)	4.832.400,00	661.973,68	4.170.426,32	630,00%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	4.832.400,00	661.973,68	4.170.426,32	630,00%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	5.947,78	2.458.941,13	-2.452.993,35	-99,76%
Restos a Pagar Não Processados	0,00	248.025,51	-248.025,51	-100,00%
Restos a Pagar Processados	143,00	10.428,93	-10.285,93	-98,63%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.804,78	2.200.486,69	-2.194.681,91	-99,74%
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	34.479.924,81	28.205.562,11	6.274.362,70	22,25%
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.466.123,98	28.205.562,11	6.260.561,87	22,20%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.800,83	0,00	13.800,83	0,00%
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	39.318.272,59	31.326.476,92	7.991.795,67	25,51%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado patrimonial computado no exercício de 2023 foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais. O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados de Superávits ou Déficits do Exercício (R\$ 6.390.987,09) mais Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores (R\$ 21.828.849,69) e Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -22.963,64).

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, para cada R\$ 1,00 de obrigação o Funseg dispôs de R\$ 3.246,13 para sua quitação. O de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, apenas 0,03% do ativo estava comprometido com as obrigações assumidas. E, para o de composição do endividamento, cujo percentual indica a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, 100% eram de curto prazo, ou seja, exigíveis em até 12 meses.

Tabela 18 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FUNSEG				
ATIVO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ativo Circulante	34.479.924,81	100%	28.205.562,11	22,25%
Caixa e Equivalente de Caixa	34.466.123,98	100%	28.205.562,11	22,20%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	13.800,83	0%	0,00	0,00%
Estoque	0,00	0%	0,00	0,00%
Ativo Não Circulante	0,00	0%	0,00	0,00%
Imobilizado	0,00	0%	0,00	0,00%
Intangível	0,00	0%	0,00	0,00%
Total do Ativo	34.479.924,81	100,00%	28.205.562,11	22,25%
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Passivo Circulante	119.252,60	0,35%	8.688,97	1272,46%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00%	7.879,39	-100,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	119.252,60	0,35%	809,58	14630,18%
Passivo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do Passivo	119.252,60	0,35%	8.688,97	1272,46%
Patrimônio Líquido (PL)	34.360.672,21	99,65%	28.196.873,14	21,86%
Total Passivo + PL	34.479.924,81	100,00%	28.205.562,11	22,25%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superavit patrimonial de R\$ 7.596.041,1 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas pela arrecadação de emolumentos e custas judiciais, receitas de aluguéis e aplicações

financeiras. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se, sobretudo, nos lançamentos devedores na conta Transferência Concedida de Investimento de Capital a Incorporar – Intra, que representaram as saídas decorrentes da desincorporação dos bens de capital financiados com recursos do Funseg.

O Resultado Patrimonial comparativamente ao período anterior apresentou um acréscimo de 51,01% em relação à 2022, impulsionado pela elevação das Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas Financeiras (Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras) e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, cujo saldo constituiu-se pelas contas Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais e Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, concernente ao repasse da parcela do rendimento de spread de precatórios que pertencem ao Fermoju.

Tabela 19 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNSEG				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.163.232,09	54,75%	4.684.957,02	10,21%
Taxas	5.163.232,09	54,75%	4.684.957,02	10,21%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	145.532,38	1,54%	148.126,50	-1,75%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	145.532,38	1,54%	148.126,50	-1,75%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.033.892,67	42,78%	5.775.523,38	-30,16%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.153.921,84	33,45%	2.769.264,51	13,89%
Outras Variações Pat. Aumentativas – Financeiras	879.970,83	9,33%	3.006.258,87	-70,73%
Transferências e Delegações Recebidas	78.559,45	0,83%	0,00	0,00%
Transferências Intra Governamentais	78.559,45	0,83%	0,00	0,00%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	8.545,97	0,09%	0,00	0,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	8.545,97	0,09%	0,00	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00%	-2.125.530,24	-100,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00%	-2.125.530,24	-100,00%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas I	9.429.762,56	100,00%	8.483.076,66	11,16%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.265.963,49	100,00%	156.912,06	1981,40%
Utilização de Serviços	3.265.963,49	100,00%	156.912,06	1981,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00%	695.677,39	-100,00%
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00%	695.677,39	-100,00%
Tributárias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00%	34.446,10	-100,00%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	3.265.963,49	100,00%	887.035,55	268,19%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	6.163.799,07	-	7.596.041,11	-18,86%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela em uma geração líquida positiva maior em comparação ao ano de 2022, alavancada pelos resultados dos fluxos de caixa das atividades operacionais 33,7% acima do ano anterior.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$ 7.562.648,54.

Tabela 20 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – FUNSEG			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ingressos	9.427.021,37	10.683.563,35	-11,76%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.163.232,09	4.684.957,02	10,21%
Receita Patrimonial	145.532,38	148.126,50	-1,75%
Remuneração das Disponibilidades	3.153.921,84	2.769.264,51	13,89%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	958.530,28	880.728,63	8,83%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	5.804,78	2.200.486,69	-99,74%

Desembolsos	3.152.515,67	2.435.990,19	29,41%
Pessoal e Demais Despesas	3.146.710,89	235.503,50	1236,16%
Transferências concedidas	0,00	0,00	0,00%
Outros desembolsos operacionais	5.804,78	2.200.486,69	-99,74%
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	6.274.505,70	8.247.573,16	-23,92%
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	143,00	684.924,62	-99,98%
Aquisição de Ativo Não Circulante	143,00	192.136,05	-99,93%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00%
Outros desembolsos de investimentos	0,00	492.788,57	-100,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-143,00	-684.924,62	-99,98%
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00	0,00%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	6.274.362,70	7.562.648,54	-17,03%
Caixa e Equivalente de caixa inicial	28.205.562,11	20.642.913,57	36,64%
Caixa e Equivalente de caixa final	34.466.123,98	28.205.562,11	22,20%
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	6.260.561,87	7.562.648,54	-17,22%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	13.800,83	0,00	0,00%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	5.095.481,73	0,00	0,00%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	5.081.680,90	0,00	0,00%
VI - ENTRADAS DE CAIXA A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00%
VII - ENTRADAS DE CAIXA REGULARIZADAS	0,00	0,00	0,00%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	6.274.362,70	7.562.648,54	-17,03%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

3.3 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ – FECDOJ

A portaria da Presidência nº 1.208/2017, que regulamentou o Fecdoj, instituiu o Conselho Gestor do Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça, competindo-o acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos do Fundo; analisar e aprovar a proposta orçamentária para o custeio integral das despesas de diligências, bem como contabilizar a integralidade dos mandados cumpridos;

propor medidas para fiscalização e melhoria da arrecadação dos valores necessários ao ressarcimento das referidas despesas; sugerir convênios a serem firmados pelo Tribunal de Justiça com outras entidades para o custeio integral das despesas em comento.

3.3.1 Das Fontes de Recursos

O Fecdoj tem como fonte de receitas recursos ordinários (fonte 00) e diretamente arrecadados (fonte 70), especificada no art. 4º da Lei nº 16.273/2017, cujas verbas financiadoras advém de créditos consignados no orçamento do Poder Judiciário e em leis específicas; créditos provenientes de convênios realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública, cujo objeto seja o repasse de valores para o custeio das despesas com o cumprimento de mandados provenientes de ações abrangidas pela isenção de despesas processuais e beneficiários da justiça gratuita; o produto da remuneração das aplicações financeiras do Fundo; o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Fundo; e 100% da arrecadação do Ressarcimento de Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3.3.2 Dos Demonstrativos Contábeis

A) Balanço Orçamentário

Os recursos não vinculados de impostos, que são repassados por transferências intragovernamentais têm a contabilização da receita executada pela SEFAZ, na qualidade de órgão arrecadador. Os recursos diretamente arrecadados são decorrentes das despesas com diligências de oficiais de justiça.

Destarte, averiguou-se que a execução orçamentária se concentrou em Outras Despesas Correntes e o resultado orçamentário foi deficitário, não representando, entretanto, irregularidade.

Tabela 21 – Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FECDOJ					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2024 - (Lei nº 18.664/23)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)		PREVISÃO ATUALIZADA (b)		RECEITAS REALIZADAS (c)
RECEITAS	6.321.784,00		6.321.784,00		5.319.941,75
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualiza- da (e)	Empenho (f)	Liquidação (g)	Pagamento (h)
DESPESAS	20.032.400,00	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	18.091.986,40
Despesas Correntes	20.032.400,00	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	18.091.986,40
Pessoal e Encargos Sociais (i)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (j)	20.032.400,00	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	18.091.986,40
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (k)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANÁLISE	Alteração Orça- mentária (e-d)	Resultado Orçamentário (c-f)		Restos a Pagar Não Processa- dos (f-g)	Restos a Pagar Processados (g-h)
	Valor (l) 0,00	Déficit/Superávit Déficit	Valor (m) -12.772.044,65	Valor (n) 0,00	Valor (o) 0,00
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (l/d)	0,00%	Despesas Direta com Custeio (j/f)		100,00%	
Resultado Orçamentário (c/f)	29,40%	Despesas Direta com Investimento (k/f)		0,00%	
Execução da Receita (c/b)	84,15%	Despesas Pagas (h/g)		100,00%	
Execução da Despesa (f/e)	90,31%	Restos a Pagar Não Processados (n/f)		0,00%	
Despesas Diretas com Pessoal (i/f)	0,00%	Restos a Pagar Processados (o/f)		0,00%	

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

B) Balanço Financeiro

O quociente da execução financeira, que é a representação na forma de índice do resultado financeiro do exercício, evidenciou que o total de ingressos foram superiores em 0,68% do total dos dispêndios.

O total da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, condizem com a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” registrados no Balanço Patrimonial.

Tabela 22 – Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO – FECDOJ				
INGRESSOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Receita Orçamentária (I)	5.319.941,75	5.288.565,49	31.376,26	0,59%
Ordinária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Vinculada	5.319.941,75	5.288.565,49	31.376,26	0,59%
Transferências Financeiras Recebidas (II)	12.894.628,22	12.879.311,42	15.316,80	0,12%
Para a Execução Orçamentária	12.894.628,22	12.879.311,42	15.316,80	0,12%
Recebimentos Extra-orçamentários (III)	1.514,52	0,00	1.514,52	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.514,52	0,00	1.514,52	0,00%
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.547.923,61	1.544.437,58	1.003.486,03	64,97%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.527.104,66	1.522.988,36	1.004.116,30	65,93%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.818,95	21.449,22	-630,27	-2,94%
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	20.764.008,10	19.712.314,49	1.051.693,61	5,34%
DISPÊNDIOS FINANCEIROS				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL	
Despesas Orçamentárias (VI)	18.091.986,40	17.164.390,88	927.595,52	5,40%
Ordinária	12.894.628,22	12.879.311,42	15.316,80	0,12%
Vinculada	5.197.358,18	4.285.079,46	912.278,72	21,29%
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)	1.514,52	0,00	1.514,52	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.514,52	0,00	1.514,52	0,00%
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	2.670.507,18	2.547.923,61	122.583,57	4,81%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.662.607,33	2.527.104,66	135.502,67	5,36%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.899,85	20.818,95	-12.919,10	-62,05%
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	20.764.008,10	19.712.314,49	1.051.693,61	5,34%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

C) Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício apresentou-se superavitário (R\$ 2.670.507,18), visto que o Fundo não registrou Passivo Financeiro no exercício.

Ademais, o resultado patrimonial computado no exercício de 2023 também foi superavitário, coincidindo com o valor apurado no período na Demonstração das Variações Patrimoniais. O total do Patrimônio Líquido foi resultado do somatório dos valores apurados

de Superavits ou Deficits do Exercício mais Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores.

Acerca dos indicadores de desempenho, o de liquidez geral, que demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos para pagar suas dívidas, de endividamento geral, que mostra o grau de endividamento da entidade, e o de composição do endividamento, informe-se que o Fundo não apresentou nenhum registro no Passivo para o exercício financeiro de 2024.

Tabela 23 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL – FECDOJ				
ATIVO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ativo Circulante	2.670.507,18	100,00%	2.547.923,61	4,81%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.662.607,33	99,70%	2.527.104,66	5,36%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7.899,85	0,30%	20.818,95	-62,05%
Estoque	0,00	0,00%	0,00	0,00%
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ativo Não Circulante	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Intangível	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do Ativo	2.670.507,18	100,00%	2.547.923,61	4,81%
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ITENS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Passivo Circulante	0,00	0%	0,00	0,00%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0%	0,00	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0%	0,00	0,00%
Passivo Não Circulante	0,00	0%	0,00	0,00%
Total do Passivo	0,00	0%	0,00	0,00%
Patrimônio Líquido (PL)	2.670.507,18	100,00%	2.547.923,61	4,81%
Total do Passivo + PL	2.670.507,18	100,00%	2.547.923,61	4,81%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

D) Demonstração das Variações Patrimoniais

Houve superavit patrimonial de R\$ 122.583,57 correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial. As Variações Aumentativas foram representadas pela arrecadação de Emolumentos e Custas Judiciais (diligências de oficiais de justiça), Transferências Recebidas para Execução Orçamentária (repasse recebido) e aplicações financeiras. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se nos pagamentos de Indenizações.

O Resultado Patrimonial comparativamente ao período anterior apresentou um acréscimo de 16,09% em relação à 2022, impulsionado pelas Transferências Intragovernamentais, que tornou o resultado das Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas maior que a ascensão das Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas.

Tabela 24 – Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – FECDOJ				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.076.901,26	27,87%	5.022.163,67	1,09%
Taxas	5.076.901,26	27,87%	5.022.163,67	1,09%
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Venda de Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	243.040,49	1,33%	266.401,82	-8,77%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	243.040,49	1,33%	266.401,82	-8,77%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	12.894.628,22	70,79%	12.879.311,42	0,12%
Transferências Intragovernamentais	12.894.628,22	70,79%	12.879.311,42	0,12%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ganhos com desincorporação de Passivos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18.214.569,97	100,00%	18.167.876,91	0,26%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO 2024	ANÁLISE VERTICAL	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Remuneração a Pessoal	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Encargos Patronais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	18.091.986,40	100,00%	17.164.390,88	5,40%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Pensões	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Uso de Material de Consumo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Utilização de Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00%	0,00	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Contribuições	0,00	0,00%	0,00	0,00%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.091.986,40	100,00%	17.164.390,88	5,40%
Premiações	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	18.091.986,40	100,00%	17.164.390,88	5,40%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.091.986,40	100,00%	17.164.390,88	5,40%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	122.583,57	-	1.003.486,03	-87,78%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

E) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa é representada pela soma dos três fluxos de caixa (das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento), correspondendo no exercício em tela relatando um decréscimo de 86,51% em comparação ao ano de 2023, explicado pelo aumento dos desembolsos quando comparado ao aumento dos ingresso que mantiveram-se no mesmo nível.

A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência, resultando em uma variação de R\$135.502,67.

Tabela 25 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - FECDOJ			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	ANÁLISE HORIZONTAL
Ingressos	18.216.084,49	18.167.876,91	0,27%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.076.901,26	5.022.163,67	1,09%
Remuneração das Disponibilidades	243.040,49	266.401,82	-8,77%
Transferências recebidas	12.894.628,22	12.879.311,42	0,12%
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	1.514,52	0,00	0,00%
Desembolsos	18.093.500,92	17.164.390,88	5,41%
Pessoal e Demais Despesas	18.091.986,40	17.164.390,88	5,40%
Outros desembolsos operacionais	1.514,52	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	122.583,57	1.003.486,03	-87,78%
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	0,00	0,00	0,00%
Ingressos	0,00	0,00	0,00%
Desembolsos	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00	0,00%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	122.583,57	1.003.486,03	-87,78%
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	2.527.104,66	1.522.988,36	65,93%
Caixa e Equivalente de caixa final	2.662.607,33	2.527.104,66	5,36%
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa	135.502,67	1.004.116,30	-86,51%
CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA (IV - V - VI + VII)	-12.919,10	-630,27	1949,77%
IV - SAÍDAS DE CAIXA A REGULARIZAR	5.098.832,93	5.021.845,15	1,53%
V - SAÍDAS DE CAIXA REGULARIZADAS	5.111.752,03	5.022.475,42	1,78%
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO	122.583,57	1.003.486,03	-87,78%

Fonte: Siafe-CE/SEFAZ-CE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, eu, Rafaella Lopes Ferreira, Secretária de Governança, autoridade superior do controle interno da gestão, por força do Art. 13 da lei no 18.561, de 06 de novembro de 2023 (D.O. 06.11.2023) e de acordo com a Resolução do Tribunal Pleno nº 02/2025 (DJe 06.02.2025) que criou a Secretaria de Governança Institucional fundindo as antigas Secretaria de Planejamento e Gestão e Secretaria-Geral Administrativa, considero que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fortaleza, 30 de junho de 2025.

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Governança Institucional